

A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: O CASO BRASILEIRO

ARMEN MAMIGONIAN (*)

RESUMO — Os estímulos e as contrações do comércio internacional desde o século XIX, provocaram no Brasil reações de crescimento para fora e crescimento para dentro, respectivamente, que geraram um centro dinâmico interno capitalista. A precoce oligopolização dos primeiros ramos industriais gerou super-lucros que permitiram acelerar a substituição de importações. Em oposição às idéias estagnacionistas da CEPAL, a economia brasileira, mais dinâmica do que a Argentina, superou as crises externas e internas, avançou até os ramos de mecânica pesada (governo Geisel), passando a ampliar as exportações industriais, hoje mais importantes do que as exportações de produtos primários.

UNITERMOS: Ciclos econômicos; Substituição de importações; Política de Industrialização.

Entre os professores e estudantes de geografia ainda é muito comum a idéia de que nas relações mundiais a periferia capitalista se especializou definitivamente no fornecimento de produtos primários. A CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina — ONU), em especial Celso Furtado entre nós, é responsável juntamente com as esquerdas, pela idéia ainda corrente de que a periferia do sistema capitalista, formada pelos países “subdesenvolvidos”, é pré-capitalista, constituindo como que um modo de produção específico, o “subdesenvolvido”, e que não se desenvolve, bloqueada pelo domínio exercido pelo centro do sistema e pela ausência de mudanças sociais de base, principalmente a reforma agrária.

— 1 —

Diferentemente da idéia “estagnacionista” da CEPAL, os dados econômicos mundiais ressaltam o Brasil como uma economia muito dinâmica. De 14º PIP do mundo capitalista em 1965 (US\$ 19 bilhões), ascendeu à condição de 8º em 1984 (US\$ 187 bilhões), registrando um crescimento de 10 vezes, somente inferior ao do Japão (13 vezes), tendo neste período ultrapassado Holanda, México,

Suécia, Espanha, Austrália e Índia, conforme dados do Banco Mundial (1986), adiante relacionados.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) EM US\$ BILHÕES

	1965	1984
1. Estados Unidos	689	3635
2. União Soviética	—	(2400)
3. Japão	91	1255
4. Alemanha Ocidental	115	613
5. França	98	489
6. Reino Unido	99	425
7. Itália	63	348
8. Canadá	52	334
9. China	66	281
10. Brasil	19	187
11. Austrália	23	182
12. México	20	171
13. Índia	46	162
14. Espanha	23	161
15. Irã	6	158
16. Holanda	20	133
17. Arabia	2	109
18. Suécia	22	92
19. Suíça	14	91
20. Coreia do Sul	3	83

(*) — Professor do Departamento de Geografia da FFLCH da USP.

Na verdade, o capitalismo brasileiro construiu em poucas décadas um sistema industrial poderoso,

praticamente completo, com um setor de mecânica pesada recém-implantado (governo Geisel), apoiado numa população trabalhadora muito pobre, submetida a uma das mais fortes concentrações de renda do Mundo.

Não se pense que o crescimento no período acima citado se deveu apenas às multinacionais, quando as estatais dos setores elétrico, siderúrgico, mineração, etc. manifestavam enorme dinamismo, sendo que a Petrobrás, por exemplo, não só se tornou uma multinacional, como também se tornou grande depredadora e poluidora: incêndio em Vila Socó, diversificação salarial entre administração e petroleiros, poluição do litoral brasileiro, etc. Note-se que, além das multinacionais e estatais, os grandes grupos privados nacionais do setor bancário, de engenharia pesada, metalúrgicas e mecânicas, como os grupos Bradesco, Camargo Corrêa, Votorantim, etc, também cresceram rapidamente.

A imagem muito difundida do Brasil como país pobre não permanece em pé, já que nossa renda per-cápita em 1983 atingia US\$ 1880, na mesma faixa da renda per-capita inglesa ou francesa de 1965. Também não permanece aceitável a idéia da periferia como área uniformemente pobre e fornecedora de produtos primários. As economias da periferia capitalista sofreram grandes diversificações no após 2.ª guerra-mundial, mais do que no centro do sistema. Podemos distinguir quatro grandes grupos de países periféricos, conforme A. Lipietz (1983):

1. os que continuam inseridos na divisão internacional do trabalho como fornecedores de alimentos e matérias-primas (a maior parte da América Latina, por exemplo, inclusive a Argentina), na clássica situação do século XIX;

2. os países fornecedores de petróleo, sobretudo árabes, com rendas per-cápita muito altas, em torno de US\$ 5 a 10 mil;

3. os países que guardam uma economia fortemente camponesa, com pequena inserção na divisão internacional do trabalho, com rendas per-cápita baixas, que vão de US\$ 120 a 500, incluindo muitos países da África negra, como Etiópia, Mali, Somália, etc., o chamado "4.º Mundo";

4. os novos países industriais (NPI), que passaram recentemente a ser exportadores de manufaturas, alguns como plataformas de exportação (Hong-Kong, Cingapura, Taiwan), outros como economias industriais nacionais (Brasil, Coréia do Sul, etc.) com rendas per-cápita intermediárias e atualmente com grandes dívidas externas.

Seria simplificação imaginar que a industrialização da periferia é obra iniciada pelas multinacionais, vistas como entidades onipotentes e oni-

presentes. Aliás, nem as multinacionais escaparam da crise mundial, como aconteceu com a Chrysler, que de terceira empresa automobilística mundial foi ultrapassada por numerosos concorrentes europeus e japoneses, tendo sido obrigada a vender suas filiais na Europa (para a Peugeot), América Latina (para a Volkswagen) e Austrália (para a Mitsubishi), para poder sobreviver nos Estados Unidos e no Canadá.

No caso das plataformas de exportações, é interessante lembrar que Hong-Kong, o modelo para os demais, surgiu da implantação de fábricas têxteis altamente modernas pela burguesia industrial e bancária de Shangai, em grada com a vitória da revolução socialista. Somente após seu sucesso econômico é que as multinacionais americanas, japonesas e européias trataram de explorar o "modelo", implantando filiais completas ou seções industriais nos ramos que usam muita mão de obra (têxtil, confecções, eletrônica de massa, etc).

— 2 —

O que diz a interpretação da CEPAL referente às relações centro-periferia no sistema capitalista? R. Prebisch assinalou a existência de mecanismos do comércio internacional que levaram à deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo dos países latino-americanos, havendo assim uma oposição global entre os interesses das nações do centro e os das nações da periferia. O subdesenvolvimento latino-americano se moveria entre sua capacidade de gerar excedente econômico, apropriado em grande parte pelo exterior, e sua incapacidade de absorver internamente, de modo produtivo, a outra parte do excedente, daí nascendo a idéia cepalina da estagnação latino-americana (Oliveira, 1981). Celso Furtado ainda hoje afirma, por exemplo, que o Brasil não tem poupança por que a classe média gasta dinheiro em viagens à Disneylândia, de onde decorreria a necessidade de poupança externa. Donas de casa, trabalhadores despolitizados e estudantes "politizados" acreditam nessas explicações simplistas, tantas vezes repetidas, e passam a detestar a classe média, que não contribuiria para o desenvolvimento nacional por causa do seu consumismo. Enquanto isto, as empresas industriais e bancárias que operam no Brasil absorvem excedentes gigantescos, pelos mecanismos dos super-lucros, a ponto da Votorantim estar aplicando US\$ 600 milhões em 1987, conforme entrevistas de seus dirigentes.

A insuficiência explicativa da CEPAL e de setores da esquerda teve conseqüências políticas graves, pois o "fracasso" aparente do capitalismo, refletido na "estagnação definitiva" de 1964-66, por falta das reformas de base, criaram na cabeça de muitos militantes a idéia do beco sem saída:

se o capitalismo brasileiro não tinha saída a solução seria substituí-lo rapidamente pelo socialismo, resultando na luta armada da segunda metade da década de 1960, como assinalou Francisco de Oliveira (Folha de S. Paulo, 22/9/87).

As formulações da CEPAL sobre as relações centro-periferia foram ligeiramente alteradas pelos teóricos da dependência (Cardoso e Faletto, 1970), que procuraram enfatizar a existência de uma combinação de interesses entre as classes dominantes do centro e as classes dominantes da periferia, excluindo a idéia de oposição global. Haveria expansão do capitalismo na periferia quando a divisão internacional do trabalho fosse favorável, com o comércio internacional em expansão. Nesta conjuntura, o desenvolvimento da indústria têxtil na periferia não entraria em contradição com os interesses do centro, pois a expansão e exportação dos têxteis serviriam para baratear os custos de vida no centro do sistema e nem o repasse de máquinas obsoletas do centro à periferia seria motivo de choques, participando ambos da expansão capitalista na periferia. Esta estaria bloqueada nas condições desfavoráveis da divisão internacional do trabalho, isto é, nos períodos depressivos do comércio mundial.

Foi Ignácio Rangel o primeiro a assinalar, ainda na década de 50, que a industrialização deu origem a um vigoroso modo de produção capitalista no interior de uma economia agro-exportadora com forte setor natural, que, pelo menos desde a década de 1920, gerava seus próprios ciclos médios, com fase expansiva (cinco anos) seguida de fase recessiva (cinco anos), ligadas ao processo de acumulação. Tais ciclos provocavam a expansão industrial dos investimentos, que se tornavam ociosos nos momentos de insuficiência do consumo. A capacidade ociosa instalada constituía poupança potencial, que podia dispensar a poupança externa para a retomada do desenvolvimento econômico no ciclo seguinte. O capitalismo estava em condições de se expandir internamente mesmo quando eram desfavoráveis as relações externas, como ficou evidente na década de 1930, diferentemente das formulações da teoria da dependência.

— 3 —

O ponto de partida do esquema explicativo de Rangel é a constatação de que, pelo menos desde a Revolução Industrial, o sistema capitalista vive fases de expansão e fases de depressão, isto é, cresce ciclicamente. Dois tipos de ciclos são fundamentais: os de longa duração (50 anos), descobertos por Kondratieff na década de 1920 e os ciclos médios (10 anos), descobertos por Juglar na segunda metade do século XIX.

Nas fases de expansão dos ciclos longos (1790-1815, 1848-1873; 1896-1921 e 1948-1973), o centro do sistema tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, incorporar novos territórios, resultando em conjunturas de grandes investimentos, tanto no centro como na periferia. Nas fases de depressão dos ciclos longos (1815-1848, 1873-1896, 1921-1948 e 1973-1995), diminuindo o ritmo econômico do centro do sistema, vai ocorrendo uma contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia. Como os recursos em uso na periferia estavam voltados em parte ao atendimento do comércio internacional, sob forma de terras, trabalhadores e capitais, eles entram em ociosidade parcial nessas fases depressivas, forçando a procura de utilizações rentáveis, levando a economia de alguns países periféricos a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados, isto é, na produção de substituições de importação.

As baixas tarifas das importações, impostas pela Inglaterra, não impediram as reações acima apontadas, pois os fazendeiros se viram obrigados, no período 1815-1848, diante da contração do comércio internacional, a usar parte de suas terras e escravos em produção substitutiva de importações, mandando produzir os fios e os tecidos necessários aos seus trabalhadores e mesmo aos seus familiares, por exemplo. Tratou-se de uma substituição de importações no interior do complexo rural. A queda das importações e conseqüentemente das receitas do Estado brasileiro, determinaram a primeira tarifa protecionista em 1844. Ao longo do século XIX, mesmo na Europa Continental, acabaram dominando as tarifas protecionistas nos períodos de depressão dos ciclos longos (1815-1846 e 1879-1892), como assinalou P. Bairoch (1976).

Na fase depressiva seguinte (1873-1896), a substituição de importações no Brasil adquiriu o caráter de produção artesanal, nas oficinas de reparação trabalhadas por "negros de ganho", que se multiplicaram nas cidades brasileiras. Mas também permitiu o início de indústrias têxteis nas cidades portuárias, do norte até o sul, pois os lucros comerciais, não encontrando aplicação no comércio em depressão, procuraram o caminho da produção interna de artigos importados. Esta tendência, de substituição industrial de importações, tornou-se dominante na fase depressiva de 1921-1948, gerando crescimento rápidos, acima da média mundial. Ao mesmo tempo em que a industrialização iniciava-se na fase depressiva do ciclo longo (desde 1880), ela continuava a crescer nas fases de expansão do centro, pois o Brasil reagia positivamente aos estímulos do centro e também já contava, desde fins

do século XIX, com tarifas destinadas a atender às necessidades fiscais do Estado brasileiro, que acabavam funcionando de maneira protecionista. Assim, é irrelevante, até certo ponto, a discussão acadêmica sobre se a industrialização foi mais rápida com a expansão ou com a contração do comércio internacional, já que nas duas conjunturas o processo industrial avançou.

A industrialização à medida que avançava ia gerando um centro dinâmico interno, que na década de 1920 era considerável, já que a indústria era o setor mais importante da economia brasileira, após o café (principalmente o ramo têxtil). Conseqüentemente criava-se uma produção capitalista no interior da economia agro-exportadora, que passava a ter seu próprio dinamismo, manifestado por ciclos médios internos, os "Juglarianos brasileiros", na expressão de Ignácio Rangel.

— 4 —

Os ciclos Juglarianos brasileiros apresentam segundo as observações de Rangel, que as evidências empíricas começam a confirmar, tempo de duração aproximada de dez anos, com fases de ascensão e de depressão. Na década de 1920 os negócios começaram a cair em 1922, mas em 1927 estavam no auge; em 1930 estavam em profunda depressão, mas em 1931-32 iniciava-se nova fase expansiva, com queda na segunda metade da década; outra expansão se iniciou em 1942-43, e assim sucessivamente.

Cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escala da substituição de importações: indústrias de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústrias de bens de consumo duráveis, indústrias mecânicas e químicas pesadas. Isto explica porque a limitação do mercado, determinada pela concentração de renda, não foi um empecilho, mas até um estímulo à industrialização, tornando desnecessária a reforma agrária, pois os lucros obtidos no setor de bens de consumo simples (têxteis, etc) iam sendo aplicados nas indústrias de materiais de construção, como no caso dos grupos Votorantim, Matarazzo, Jafet, etc. Além disto, a partir da implantação do setor de materiais de construção, os grupos que se estabeleceram primeiro conseguiram oligopolizar o mercado, dispondo desde então de super-lucros, aplicáveis em novas substituições de importação.

Na passagem de um ciclo a outro foram necessárias medidas institucionais que facilitassem a substituição de importações, como o controle do câmbio, o confisco cambial do café, as prioridades às importações de equipamentos não produzidos internamente, os incentivos fiscais, creditícios, etc. A concentração de renda só passou a ser empecilho à medida em que o edifício industrial se completou,

alcançando o limite final da substituição de importações (indústria mecânica recém-implantada no governo Geisel, com enorme capacidade ociosa).

Por outro lado, a criação de um parque industrial que roubava ao capitalismo industrial europeu o mercado interno brasileiro, foi atraindo investimentos estrangeiros, desde a década de 1920 (Nestlé, Belgo-Mineira, Pirelli, etc), que se tornavam maciços na fase da substituição de importações de bens de consumo duráveis (automóveis, etc).

Paralelamente, os investimentos em áreas que não interessavam aos capitais privados levaram ao início de gigantescos investimentos estatais (siderurgia, etc.).

No território nacional o processo de substituição de importações teve dinamismos diferentes conforme as estruturas econômico-sociais regionais. Assim, os comerciantes de exportações-importações das cidades-portuárias brasileiras trataram de manter, após investirem em indústrias têxteis nos fins do século XIX, uma reserva de mercado regional, aproveitando o isolamento geográfico determinado pela estrutura agro-exportadora. Nas áreas onde emergiram economias rurais de pequena produção mercantil sólida, sobretudo por causa da imigração européia (São Paulo e Sul do Brasil), as reservas de mercado regional não puderam ser implantadas, por causa da proliferação de inúmeras pequenas indústrias fortemente concorrentes entre si. Isto explica porque precocemente São Paulo e o Sul renovaram rapidamente suas máquinas industriais, estimulados pela concorrência e pelo barateamento do capital, determinado por política cambial e financiamentos favoráveis.

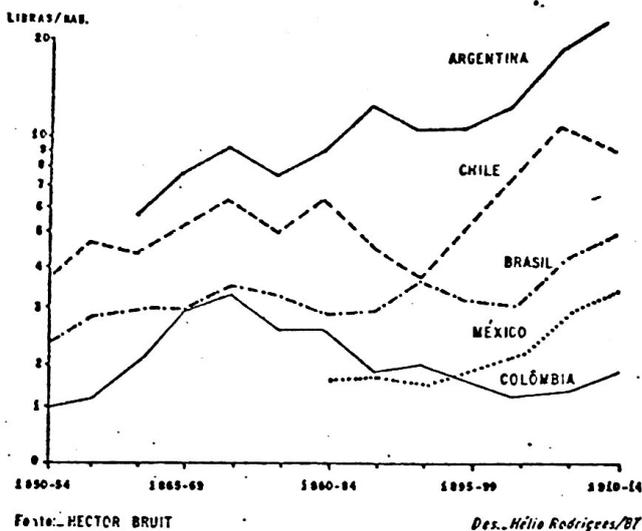
— 5 —

A comparação entre o processo de industrialização no Brasil e na Argentina também permite descobrir diferenças importantes. A Argentina teve um processo mais precoce e rápido inicialmente, mas na substituição de importações entrou em crise quando se tratou de enfrentar a implantação da indústria pesada, após as indústrias de consumo leves e duráveis e os processamentos de alimentos e matérias-primas de exportação. Diferentemente do capitalismo brasileiro, que conseguiu superar as dificuldades e montar um sistema industrial praticamente completo.

Na segunda metade do século XIX, conforme gráfico anexo, a Argentina se inseriu mais intensamente na divisão internacional do trabalho do que o Brasil. Assim, em 1860 o comércio exterior em libras esterlinas por habitante era de 4,2 para o Brasil e de 5,5 para a Argentina, em situações parecidas portanto. Mas a grande demanda européia de trigo, lã, carnes, etc tornou a Argentina

mais exportadora do que o Brasil e em 1910-14 ela ultrapassava 20 libras per cápita, enquanto o Brasil permanecia abaixo das 5 libras. Isto evidentemente reforçava as classes sociais agro-exportadoras argentinas e não permitia a expansão de um setor agrário distinto e poderoso, ligado ao abastecimento do mercado interno.

COMÉRCIO EXTERIOR DE CINCO PAÍSES LATINO-AMERICANOS.
Exportação mais importação em libras por habitante
(médias quinquênis).



Enquanto isto, no Brasil as exportações de café estavam muito sujeitas às crises internacionais, o que permitiu o desenvolvimento de um grande setor agrário ligado ao mercado interno precocemente em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e interior do Nordeste. Além disto, o Brasil exportava principalmente para os Estados Unidos (40 a 42% em 1900-1905, contra 15 a 18% para a Inglaterra no mesmo período), o que quer dizer que nossa industrialização não sofria as pressões do nosso maior cliente (EUA), que nos fornecia apenas 10 a 12% de nossas necessidades externas (derivados

de petróleo e não tecidos), já que o comércio exterior brasileiro funcionava em operações triangulares. O Brasil antes de 1930 exportava para os Estados Unidos e importava da Inglaterra, enquanto a Argentina continuou amarrada à Inglaterra na década de 1950 e mesmo depois.

Em 1930 a oligarquia cafeeira no Brasil foi derrubada do poder e a hegemonia passou a ser exercida pelos setores ligados ao mercado interno, as oligarquias agrárias regionais acima citadas e os industriais, não encontrando resistência da classe operária, que foi submetida à hegemonia pela via do populismo. Na Argentina, até hoje, a oligarquia agro-exportadora não foi afastada do poder e assim a burguesia industrial sofre pressão à direita, o que explica a desindustrialização do período do general Videla (1976-1983), mas também de uma classe operária muito combativa. Note-se que enquanto o Brasil substituiu importações, sobretudo inglesas na década de 1930, a Argentina fazia o acordo comercial de 1933 com a Inglaterra, continuando a priorizar exportações de trigo, lã e carnes contra importações de manufaturados.

Não se deve esquecer, por outro lado, as dimensões continentais do Brasil e o mercado interno crescente, que favoreceram nossa industrialização, já que a Argentina dispõe de uma variedade menor de recursos minerais, além de mercado interno mais limitado em termos absolutos.

Hoje, como assinala Ignácio Rangel, os potenciais imediatos para a saída da crise industrial no Brasil estão ligados à necessidade de investimentos maciços nos serviços públicos carentes (estradas de ferro, metrô, saneamento, etc), usando-se a capacidade ociosa existente nas indústrias de equipamentos pesados (locomotivas, vagões, etc.), enfrentando a questão da dívida financeira interna em primeiro lugar, incluindo a questão do Estado.

BIBLIOGRAFIA

BAIROCH, P. — *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIXe Siècle*. Paris, Mouton, 1976.

BRUIT, H. — *Acumulação capitalista na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

CARDOSO, F. H. e FALETTI, E. — *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

LIPIETZ, A. — *Vers la mondialisation du Fordisme*. mimeografado, 1983.

OLIVEIRA, F. — *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes, 1981.

RANGEL, I. — História da dualidade brasileira. Rev. Econ. Política, nº 4, São Paulo, Brasiliense, 1981. J. Zahar. Ed., 1986.

——— — *Economia e anti-milagre*. Rio de Janeiro, Zahar.

RELATÓRIO ANUAL DO BANCO MUNDIAL — Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1986.